

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Agosto/2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

### **Equipe de elaboração:**

Prof Dr. Guilherme Lerch Lunardi - FURG (Coordenador)  
Profª Drª Cristiane Gularte Quintana - FURG/SEAD  
Profª Drª Cristiane Simões Netto Costa - FURG/SAP  
Profª Drª Elieti Biques Fernandes - FURG/SAP  
Prof. Dr. Ricardo Saraiva Frio - FURG/SVP  
Prof. Dr. Márcio André Bauer - FURG  
Prof. Dr. Samuel Vinícius Bonato - FURG  
Profª Drª Suzana Malta - FURG



# 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso:

BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

b) Proponente:

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

c) Público-Alvo:

Agentes públicos atuantes na administração pública, que tenham concluído o ensino médio, cujo vínculo deverá ser comprovado na seleção das vagas, e que residam nas regiões dos municípios Polos de Apoio Presencial do Curso de Administração Pública da UAB, selecionados por meio de processo seletivo de ingresso na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

d) Número de Vagas:

Serão ofertadas até 150 vagas, distribuídas nos Polos de Apoio Presencial do Curso no Rio Grande do Sul, com abrangência aos municípios circunvizinhos.

e) Forma de Ingresso:

Processo Seletivo

f) Duração do Curso:

Oito (8) semestres para integralização curricular.

g) Previsão para início das atividades:

1º semestre de 2024.



## 2. INTRODUÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, estimula a oferta do curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado do Rio Grande do Sul, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade Federal do Rio Grande - FURG oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O projeto pedagógico do curso está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares institucionais, entre eles:

- ▶ *LDB* – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);
- ▶ *DCN* – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública, Bacharelado (Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014);



- ▶ *SINAES* – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- ▶ *PDI* - Plano de Desenvolvimento Institucional FURG (2019-2023); e
- ▶ Resolução COEPEA/FURG N° 29, de 25 de março de 2022.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração Pública – Bacharelado estabelecem uma estrutura mínima para o projeto pedagógico do curso, contemplando os elementos estruturais abaixo, os quais integram este projeto:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
- X. concepção e composição das atividades complementares;
- XI. inclusão de trabalho de conclusão de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em campo teórico-prático ou de formação profissional; e
- XII. especificação de cursos de pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, caracterizando a educação continuada.

O Curso de Administração Pública será ofertado na modalidade a distância. É importante compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou como possibilidade apenas



de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Cabe esclarecer que nesse projeto não estão definidos os aspectos procedimentais para as IPES, no que diz respeito ao modelo de gestão e de organização do curso. Isso será definido no projeto pedagógico de cada instituição. O que está acenado aqui são os aspectos gerais sobre a modalidade de EaD, em sua dimensão conceitual e de gestão, para que seja garantida a qualidade na formação profissional dos estudantes deste curso.



### 3. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

Este curso prevê sua abrangência circunscrita ao litoral sul e região metropolitana do Rio Grande do Sul. Mais especificamente neste projeto, os pólos a serem atendidos estão localizados nos municípios de Canguçu, Novo Hamburgo, Sapiranga, Picada Café, Cachoeira do Sul e Sobradinho. A articulação destes municípios com a FURG e a consequente apresentação de propostas de cursos por esta IFE e destes Pólos Municipais de apoio presencial para educação a distância na UAB, surgiu a partir da discussão da sua Proposta de Expansão buscando integrar os municípios da região - o que vem ocorrendo desde o início dos anos 2000.

A economia destes municípios está fortemente baseada na agricultura, pecuária e na indústria de processamento, o que também tem alavancado os setores de serviços e comércio. Conseqüentemente, um grande número de agentes públicos se faz presente na região, em suas mais diferentes modalidades (educação, saúde, segurança pública, economia, turismo, forças armadas e etc). Nesse sentido, percebe-se uma grande demanda por cursos na área de gestão, em especial Administração Pública, uma vez que além dos estudantes que pretendem ingressar na Universidade para fazer um curso de graduação na área pública, parte dos servidores e gestores públicos vinculados a órgãos municipais, estaduais e da união vislumbram qualificação e ascensão em suas carreiras profissionais. Portanto, a criação de um curso de graduação em Administração Pública atendendo diferentes municípios do Rio Grande do Sul daria oportunidade aos seus cidadãos e servidores que já atuam na área pública de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

A região abarcada neste projeto inclui cidades localizadas na região sul, metropolitano e central do Rio Grande do Sul, sendo regiões marcadas por sérios problemas sociais, devido ao seu grau crescente de estagnação econômica, estando, por isso, entre as regiões consideradas prioritárias para investimentos por parte das diferentes esferas governamentais. Os fatos mencionados apontam para a necessidade de um redirecionamento do modelo econômico e das políticas de desenvolvimento, inclusive educacionais para a região. Em outras palavras, existe a necessidade da reconversão da economia do Estado do Rio Grande do Sul, na busca de um sistema produtivo de maior padrão tecnológico e competitivo, suportado por uma estrutura governamental eficiente e qualificada que possibilite a melhoria da qualidade de vida da população.



## **4. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA (IPES) AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG vem, desde o ano 2000, atuando junto à comunidade acadêmica para a implantação dos Programas de Educação a Distância. A primeira iniciativa oficial da administração foi designar representação junto ao Consórcio Rede Universidade Virtual Pública do Brasil – UNIREDE (portaria N° 311/2000). Em 2001, foi criada uma comissão para definir as diretrizes e embasar as ações de EaD na Universidade (portaria N° 907/2001).

Em 2007, tendo em vista a expansão das ações de EaD, foi criada pelo Conselho Universitário (CONSUN), através da Resolução n° 034/2007, de 07 de dezembro de 2007, a Secretaria Geral de Educação a Distância (SEaD). A SEaD tem por atribuição definir e implementar políticas de EaD na FURG, coordenar as atividades de EaD na instituição, incentivar e auxiliar a criação de novas ações, bem como a gestão administrativa e pedagógica das ações de EaD na Instituição, promovendo as condições necessárias à implementação de programas e projetos da área.

A SEaD/FURG é constituída por Técnico-Administrativos em Educação lotados nesta unidade e Docentes de diferentes áreas do conhecimento, esses últimos, lotados em Unidades Acadêmicas, que atuam na gestão administrativa e/ou pedagógica da EaD. A SEaD também conta com o trabalho de bolsistas, financiados pelos programas e projetos desenvolvidos nesta modalidade de ensino, para efetivação das atividades especificadas.

Os docentes e Técnico-Administrativos em Educação que atuam na SEaD têm como principais atividades: auxiliar na elaboração e execução de cursos e projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados a EaD e as TIC(s); promover pesquisa de novas metodologias/tecnologias em EaD; participar dos editais de seleção de profissionais para atuar na EaD; promover ações coletivas e articuladas como as capacitações de professores, tutores, coordenadores de polo.



Com o objetivo de atender às diversas demandas referentes às suas atribuições, a SEaD, além do/da Secretário/a Geral de Educação a Distância, está constituída pela Coordenação de Projetos, Coordenação Pedagógica e Coordenação de Inovação; a Secretaria Administrativa; as áreas de Tecnologia da Informação, Formação Pedagógica, Comunicação e Material Educacional Digital; e é assessorada pelo Conselho Geral e Conselho de Coordenadores de Curso/Programas em EaD.

As ações em EaD apoiadas pela SEaD têm conduzido à institucionalização da EaD na FURG, impulsionando o crescimento da atuação da Instituição nesta modalidade de ensino. Tais aspectos justificam a elaboração do presente projeto, com vistas a atender este crescimento, e as mudanças que a sociedade está exigindo, oferecendo a todos participantes dos projetos institucionais no âmbito da UAB capacitação e formação continuada, integrando-se num esforço da Universidade para a constituição de uma competência diversificada em Educação a Distância.

### **Polos de apoio presencial**

Especificamente, o curso de Administração Pública – EaD está planejado para ser ofertado em 6 Polos de Apoio Presencial, conforme quadro abaixo:

	<b>Município Polo</b>	<b>Nº de vagas</b>
1	Cachoeira do Sul	25
2	Sobradinho	25
3	Novo Hamburgo	25
4	Picada Café	25
5	Sapiranga	25
6	Canguçu	25
<b>TOTAL</b>		<b>150</b>



## 5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A vocação da FURG – uma universidade voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos – expressa seu compromisso socioambiental e seu alinhamento com o desenvolvimento local, regional, nacional e global, envolvendo todas as áreas do conhecimento.

A criação e implementação de políticas para a formação inicial e continuada; a abordagem interdisciplinar da complexidade ambiental; a demanda por soluções tecnológicas de produtos e processos inovadores; a necessidade da nação em produzir tecnologias sociais, com vistas à redução das desigualdades, se integram de forma plena à filosofia e vocação da FURG, indicando a necessidade de abordagens multidisciplinares, bem como o crescimento e desenvolvimento nas áreas de: Ciências Biológicas; Agrárias; Exatas e da Terra; Saúde; Humanas; Sociais Aplicadas, Engenharias, e Linguística, Letras e Artes.

Complementarmente, destaca-se que a FURG já vem desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e pós-graduação nas áreas de Administração e Administração Pública, tanto na modalidade presencial, quanto a distância. O curso de graduação em Administração, modalidade presencial, funciona na Universidade desde 1971, enquanto o curso de graduação em Administração/UAB, modalidade a distância, foi ofertado duas vezes, uma em 2007 e outra em 2011. Com relação à pós-graduação, a Universidade também tem experiência na área pública, oferecendo o curso de especialização em Gestão Pública Municipal, modalidade a distância, em três diferentes edições: 2013, 2016 e 2019. Destaca-se, ainda, que a FURG possui um Mestrado Acadêmico em Administração (vigente desde 2015) e um Mestrado Profissional em Administração Pública/PROFIAP (desde 2017), permitindo uma forte integração entre o curso de graduação e a pós-graduação, seja nas atividades de ensino, pesquisa ou extensão; além de disponibilizar importantes possibilidades de educação continuada aos egressos do curso de Administração Pública.

### 5.1. Missão

Promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental.



## 5.2. PRINCÍPIOS E VALORES

A FURG, com vocação voltada aos ecossistemas costeiros e oceânicos, tem suas ações pautadas no princípio básico da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, na formação de profissionais, na produção e socialização de conhecimentos e tecnologias. Com essa interação, a Instituição rege sua função social, comprometida com o desenvolvimento de políticas inovadoras voltadas para as necessidades locais, regionais, nacionais e globais, na busca de melhor qualidade de vida.

Assim, as ações de ensino, pesquisa e extensão, dentro das suas especificidades, orientam-se pelos seguintes princípios:

**Ética:** entendida como o campo de saber que se preocupa com a escala de valores que orientam nossas práticas desenvolvidas em todos os contextos educativos, fundamenta as ações da Universidade para relações mais solidárias e construtivas, cujos resultados reforçam o compromisso com os diferentes contextos e sujeitos com os quais a Instituição interage, na busca da educação pública de qualidade e da emancipação social.

**Estética:** sob o ponto de vista filosófico, orienta a Universidade para que desenvolva a emancipação dos sentidos, em todas as práticas educativas, a partir da reflexão sobre o modo de apresentação da sensibilidade, em cada grupo social. O estético integra a natureza que define o homem como ser cognitivo, social e expressivo de seu universo particular, traduzindo-se no imaginário, na fantasia, na expressão simbólica, na fala, nos gestos e nos afetos.

**Compromisso e Responsabilidade Social:** as ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade devem considerar as demandas e os saberes sociais como forma de orientar os processos de formação, de produção de conhecimentos e novas tecnologias, num diálogo permanente com o ecossistema nas suas diferentes manifestações, de ordem natural, social, cultural ou histórica.

**Inclusão Social:** como princípio orientador das ações educativas da Universidade, reafirma a preocupação e o compromisso com a democratização e a promoção da equidade de condições de acesso ao conhecimento e de permanência de grupos em situação de vulnerabilidade social e/ou especial, nos mais diversos níveis de ensino, reconhecendo os limites e deficiências humanas como novas potencialidades criadoras de aprendizagem, na busca da formação cidadã, na defesa da democracia e do direito à diferença.



**Respeito à Diversidade Humana:** a Universidade, como espaço de pluralidade de pensamento e diferentes percepções de mundo e opções, considera a diversidade e as diferenças como constitutivas das culturas e dos saberes, defendendo o respeito às diferenças e à diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e de crenças espirituais.

**Cooperação e Solidariedade:** comprometida com a Educação e a transformação das relações sectárias que definem a sociedade contemporânea, a Universidade tem por responsabilidade e princípio o fomento de novas formas de ação e interação pautadas pela solidariedade e pelo trabalho colaborativo, com vistas a consolidar uma prática social que priorize o cuidado com o outro, fortalecendo os sentimentos de pertença, segurança e confiança.

**Flexibilidade Curricular:** pressupõe um currículo entendido como processo formativo, dinâmico e em permanente movimento, permitindo que a ação educativa da Universidade incorpore outras formas de aprendizagem e de produção do conhecimento presentes na realidade social. Essa perspectiva requer a avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação e das ações de pesquisa e extensão, identificando diferentes desafios na formação de pessoas e na produção de conhecimento e novas tecnologias.

**Integração de Conhecimentos:** pressupõe o diálogo inter e transdisciplinar nos processos de formação de pessoas e na produção do conhecimento e das novas tecnologias, na busca de uma nova forma de organização e integração dos saberes acadêmicos. Essa integração deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, de forma a considerar a coletividade acadêmica e a pluralidade do conhecimento, para além das disciplinas tradicionais.

### 5.3. OUTROS ASPECTOS

A filosofia e a missão da FURG são reafirmadas pelas comunidades interna e externa, ao discutir a Instituição no contexto atual e seu papel no âmbito local, regional, nacional e global. A partir disso definem-se as diretrizes que orientam as ações pedagógicas da Instituição.

A FURG pauta suas ações:

- no compromisso com a busca e valorização da qualidade;
- na construção de um projeto de sociedade comprometido com valores éticos, estéticos e educacionais;



- na produção e socialização de conhecimentos e de inovação tecnológica, cujos resultados impliquem, de forma ética, a melhoria das condições de vida da população brasileira;
- na formação comprometida com as questões socioambientais e o desenvolvimento humano, científico e tecnológico;
- na formação de profissionais com autonomia para administrar seus conhecimentos e saberes e para tomar decisões éticas, solidárias e justas, participando ativamente na sociedade;
- na consolidação como referência nacional e internacional no ensino, na pesquisa e na extensão;
- na integração com os diferentes níveis e modalidades de educação;
- na gestão democrática;
- na proposição e participação em políticas públicas voltadas às comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade;
- na busca da participação em diferentes esferas da sociedade e de governo;
- na integração da ciência e da tecnologia, em relação dialógica com a sociedade;
- na valorização dos saberes populares para a produção de conhecimentos;
- na promoção de políticas inclusivas de acesso e permanência dos estudantes;
- no planejamento e avaliação como orientadores dos processos educativos e da gestão.



## 6. CONCEPÇÃO DO CURSO ADMINISTRAÇÃO – EAD

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, especialmente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios. A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam maior importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001).

Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercidos pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adotam o welfarismo municipal. As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganharam força nos municípios com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente.

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Tal cenário evidencia a necessidade do Poder Público melhorar sua estrutura organizacional, bem como a gestão de seus processos/atividades, por meio de profissionais capacitados em gestão.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil para se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.



O papel do administrador público, nesse contexto, é: I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas; II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva; III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação; IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública; V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos; VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais; e VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

O curso de graduação em Administração Pública deverá contemplar, ao longo dos seus oito (08) módulos, conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural. Como conteúdos de formação básica, têm-se: os conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia; estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação; conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

Já os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas, conteúdos metodológicos (abrangendo estudos quantitativos e qualitativos) e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

Por fim, destaca-se que o curso de Administração Pública compreende o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Portanto, prepara-se o aluno para que ele tenha condições de atuar nos



processos decisórios de qualquer organização pública, seja ela da esfera municipal, estadual ou federal.

## 6.1. DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DO CURSO

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.



## 6.2. DIMENSÕES DE FORMAÇÃO

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

- I. **epistemológica:** que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- II. **profissionalizante:** que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

## 6.3. ASPECTOS DO CURSO

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da Administração Pública, o curso oferece três Linhas de Formação Específica (LFE), ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida.

Acenando para a educação continuada, por meio de um elo entre graduação e pós-graduação, serão ofertadas a critério de cada IPES três LFEs, sendo indicadas inicialmente as seguintes linhas:



►Linha de formação em Gestão em Saúde;

►Linha de formação em Gestão Municipal;

►Linha de formação em Gestão Pública.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de estudos, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.
- III. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – que consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos V, VI, VII e VIII, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica



escolhida pelo acadêmico. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.

### **6.3.1. Objetivo Geral**

Formar profissionais com amplo conhecimento de Administração Pública, capazes de atuarem no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência as organizações governamentais e não-governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

### **6.3.2. Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos do curso são:

- I. Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.
- II. Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.
- III. Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.



- IV. Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.
- V. Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.
- VI. Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.
- VII. Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

## **6.4. PERFIL DO EGRESSO**

O curso de Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande - FURG está organizado visando formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente às afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.



Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para proatividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
- III. empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;



- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

## 6.5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração Pública:

- I. Conteúdos de Formação Básica – relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Contabilidade Pública; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Direito Administrativo; Negociação e Arbitragem; Auditoria e Controladoria; e Políticas Públicas e Sociedade.
- II. Conteúdos de Formação Profissional – relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística,



financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, por meio das disciplinas: Teorias da Administração I e II; Organização, Processos e Tomada de Decisão; Licitação, Contratos e Convênios; Elaboração e Gestão de Projetos; Orçamento Público; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Empreendedorismo Governamental; Gestão da Qualidade no Setor Público; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; e Gestão Ambiental e Sustentabilidade.

- III. Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias – abrangendo pesquisa operacional, matemática, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração, contemplados nas disciplinas: Matemática para Administradores; Estatística Aplicada à Administração; Matemática Financeira e Análise de Investimentos, além de conteúdos transversais apresentados em outras disciplinas.
- IV. Conteúdos de Formação Complementar – estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, contemplados nos seminários temáticos, atividades complementares e nas disciplinas Informática para Administradores; Redação Oficial; Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III; Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III.

## **6.6. CARGA HORÁRIA**

A carga horária total do curso contempla 3.000 horas.



## 6.7. MATRIZ CURRICULAR

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em oito Módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – que garantem o perfil desejado para o egresso, totalizando 2400 horas.
- II. Optativa – que, totalizando 180 horas, compreende: 60 horas relativas às disciplinas Informática para Administradores, Redação Oficial ou Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ofertadas nos Módulos I, II ou III, em que o aluno deve optar por pelo menos uma delas; e 120 horas relativas às disciplinas que integram uma das três linhas de formação específica do curso: Gestão em Saúde, Gestão Municipal e Gestão Pública.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada abaixo:



**Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária**

<b>Conteúdos</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>%</b>
<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	<b>160</b>	<b>2.520</b>	<b>86,0</b>
- Conteúdos de Formação Básica (FB)	56	840	28
- Conteúdos de Formação Profissional (FP)	72	1080	36
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	20	300	10
- Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT)	12	180	06
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	08	120	04
<b>Disciplinas Optativas</b>	<b>04</b>	<b>60</b>	<b>02</b>
- Disciplina Optativa	04	60	02
<b>Estágio Supervisionado</b>	<b>20</b>	<b>300</b>	<b>10</b>
<b>Atividades Complementares</b>	<b>08</b>	<b>120</b>	<b>04</b>
<b>Carga Horária Total do Curso</b>	<b>200</b>	<b>3.000</b>	<b>100</b>
<b>Carga horária de extensão</b>	<b>30</b>	<b>300</b>	<b>10</b>

Outra forma de apresentar a distribuição da carga horária do curso recai sobre a ótica da administração geral ou pública, de acordo com o conteúdo e aplicações conferidos a cada disciplina. O quadro a seguir sintetiza esta distribuição.

<b>Conteúdos por Área</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>%</b>
<b>Administração Geral</b>	<b>98</b>	<b>1470</b>	<b>49</b>
- Disciplinas Obrigatórias	94	1.410	47
- Disciplinas Optativas	04	60	02
<b>Administração Pública</b>	<b>94</b>	<b>1410</b>	<b>47</b>
- Disciplinas Obrigatórias	74	110	37
- Estágio Supervisionado	20	300	10
<b>Atividades Complementares</b>	<b>08</b>	<b>120</b>	<b>04</b>
<b>Total do Curso</b>	<b>200</b>	<b>3000</b>	<b>100</b>
<b>Carga horária de extensão</b>	<b>20</b>	<b>300</b>	<b>10</b>



As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da FURG estão especificadas na tabela a seguir:

**Matriz Curricular**  
**Curso Bacharelado em Administração Pública**

Nº	Disciplina	Nº CR	C. H.	Conteúdo	Tipo	Natureza
1	Administração Estratégica	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Auditoria e Controladoria	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
3	Ciência Política	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
4	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
5	Contabilidade Pública	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
6	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
7	Direito Empresarial	2	30	FB	Geral	Obrigatória
8	Economia Brasileira	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
9	Elaboração e Gestão de Projetos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
10	Licitação, Contratos e Convênios	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
11	Empreendedorismo Governamental	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
12	Gestão da Qualidade no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
13	Estatística Aplicada à Administração	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
14	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
15	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FC	Geral	Obrigatória
16	Gestão da Regulação	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
17	Gestão de Operações e Logística I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
18	Gestão de Operações e Logística II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
19	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
20	Informática para Administradores	4	60	FC	Geral	Optativa
21	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
22	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
23	Direito e Legislação Tributária	2	30	FB	Geral	Obrigatória
24	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
25	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	4	60	FC	Geral	Optativa
26	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
27	Matemática para Administradores	4	60	EQT	Geral	Obrigatória
28	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	4	60	FC	Geral	Obrigatória
29	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
30	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
31	Planejamento e Programação na Adm. Públ.	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
32	Políticas Públicas e Sociedade	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
33	Organização, Processos e Tomada Decisão	4	60	FP	Geral	Obrigatória
34	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
35	Redação Oficial	4	60	FC	Geral	Optativa
36	Relações Internacionais	4	60	FC	Geral	Obrigatória



37	Seminário Integrador	2	30	FC	Geral	Obrigatória
38	Seminário Temático I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
39	Seminário Temático II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
40	Seminário Temático III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
41	Seminário Temático I na LFE	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
42	Seminário Temático II na LFE	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
43	Seminário Temático III na LFE	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
44	Seminário Temático IV na LFE	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
45	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
46	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
47	Tecnologia e Inovação	4	60	FP	Geral	Obrigatória
48	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
49	Teorias da Administração I	4	60	FP	Geral	Obrigatória
50	Teorias da Administração II	4	60	FP	Geral	Obrigatória
51	Teorias da Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória

FB Conteúdos de Formação Básica

FP Conteúdos de Formação Profissional

FC Conteúdos de Formação Complementar

EQT Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias

## 6.8. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O ementário das disciplinas está definido no Anexo 2.

## 6.9. SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

Para contribuir também com a formação integral do profissional da Administração Pública, há na estrutura curricular do curso os Seminários Temáticos. Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa e extensão sobre e no cotidiano das práticas de administração.

Em cada módulo do curso está prevista a realização de um Seminário Temático. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.



No Módulo 1, o Seminário Temático possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante com o curso na modalidade a distância, sendo nominado como Seminário Integrador.

A partir do segundo Módulo, os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando caráter sistêmico do comportamento organizacional. Os Seminários Temáticos dos Módulos V, VI, VII e VIII constituem as Linhas de Formação Específica I, II e III, das quais uma deverá ser escolhida pelo estudante para complementar sua formação.

Nos Módulos II, III e IV, o estudante realizará pesquisa e um diagnóstico sobre o campo da LFE I (Seminário Temático I), da LFE II (Seminário Temático II) e da LFE III (Seminário Temático III), o que possibilitará a compreensão macro da Linha de Formação a ser escolhida. No Módulo V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa/extensão, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Nos Seminários Temáticos seguintes, o estudante desenvolverá o projeto e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

## **6.10. EXTENSÃO**

O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (PPPC) está de acordo com o Projeto Pedagógico da Instituição, elegendo como sua marca institucional o compromisso assumido implícita e explicitamente com a sociedade. Sendo a sociedade formada por organizações, o papel do administrador é aprimorar os recursos organizacionais, gerando melhorias na geração de empregos e na qualidade de vida das pessoas. Assim, busca-se uma formação adequada às exigências do contexto e da sociedade como um todo, respeitando o princípio da ética e de uma atuação profissional voltada para a cidadania.

Com base nisso, a presente Proposta Curricular visa a inserção curricular da extensão no curso de Administração Pública, conforme a Resolução COEPEA/FURG N° 29, de 25 de Março



de 2022 e a Instrução Normativa Conjunta PROEXC/PROGRAD/FURG N° 1, de 8 de Abril de 2022. Estas atividades aparecem no QSL sob forma de disciplinas que serão desenvolvidas no 5º, 6º, 7º e 8º semestres.

Ressalta-se o estipulado no Art. 5º da Resolução COEPEA/FURG N° 29, de 25 de março de 2022:

*“Art. 5º Para fins de curricularização dos 10% supramencionados, as ações extensionistas serão caracterizadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; e V - prestação de serviços em extensão. §1º Serão consideradas ações de extensão, em conformidade com o art. 2º, as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à FURG, registradas no sistema de projetos da Universidade. §2º Para fins de curricularização, o estudante deverá participar como sujeito ativo no processo, em ações de extensão cadastradas institucionalmente. §3º As ações de extensão devem ser realizadas de forma presencial, prioritariamente. §4º As ações extensionistas a serem curricularizadas poderão ser realizadas em qualquer área de formação, em consonância com a diretriz da interdisciplinaridade, desde que obedecidos os critérios estabelecidos na presente Resolução e no Projeto Pedagógico do Curso de graduação de origem do estudante. §5º A carga horária total ou parcial de componentes curriculares dos cursos poderão ser curricularizadas desde que esteja vinculada a uma das modalidades previstas no artigo 5º desta Resolução e devidamente prevista no PPC.”*

Diante do exposto, as atividades de extensão serão desenvolvidas no curso a partir do 1º Semestre/2026 com a inclusão da curricularização da extensão no QSL, a qual será realizada através da inserção de componentes curriculares obrigatórios com a denominação de Seminários Temáticos I, II, III e IV na LFE escolhida, Empreendedorismo Governamental, Gestão da Qualidade no Setor Público, e Gestão Ambiental e Sustentabilidade, com 60 horas cada uma, totalizando 300 h, que serão oferecidos no 5º, 6º, 7º e 8º semestres do curso.

## **6.11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

O estágio supervisionado, totalizando 300 horas correspondentes a 10% do total de carga horária do curso, será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio do Curso de Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, estando de acordo com a instrução normativa conjunta PRAE/PROGRAD 01-2016 e com as Diretrizes Curriculares



Nacionais do Curso de Administração Pública, Bacharelado (Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014).

O estágio curricular supervisionado é de natureza curricular para o curso de Administração Pública, sendo de caráter eminentemente prático, com o devido acompanhamento didático-pedagógico, objetivando proporcionar ao futuro bacharel experiências em atividades peculiares à profissão.

As atividades de Estágio Supervisionado serão realizadas durante os Módulos V, VI, VII e VIII, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas aos Seminários Temáticos I, II, III e IV das LFEs. Assim, Pesquisa, Extensão e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre teoria e prática, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

## **6.12. ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 4% da carga horária total do curso e serão regulamentadas pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Além disso, constituem-se em um importante instrumento de integração entre alunos, através da realização de congressos, fóruns e simpósios, além da participação em trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.

Para que o aluno se forme no Curso de Administração Pública é necessário completar 20 créditos correspondentes a atividades complementares, podendo estas serem distribuídas em: matrículas complementares, monitorias, bolsas, estágios extra-curriculares, produções técnicas ou científicas, publicações, participações em eventos, visitas técnicas, viagens de estudo, cursos de língua estrangeira e informática.



# 7. ESTRUTURA

## ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender e da Administração Pública.

O paradigma positivista precisa ser substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações. No campo da Administração fala-se de proatividade, de *empowerment*, de fidelização, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal Projeto – de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*web designer*), etc.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.



O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

- ▶ O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- ▶ Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- ▶ Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- ▶ Professores pesquisadores: ligados aos programas de pós-graduação em Administração e Administração Pública da FURG, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- ▶ Tutores (a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, que têm como função geral atuar na orientação dos estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e na mediação dos processos pedagógicos e avaliativos junto com os docentes do curso de Administração Pública na modalidade EaD. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob o acompanhamento de um coordenador de tutoria. Este, por sua vez, é o(a) profissional vinculado à SEaD/FURG que tem como função geral atuar em atividades de formação dos cursos implementados no âmbito do Sistema UAB e no desenvolvimento de projetos relacionados aos cursos.
- ▶ Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

A figura abaixo esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso:



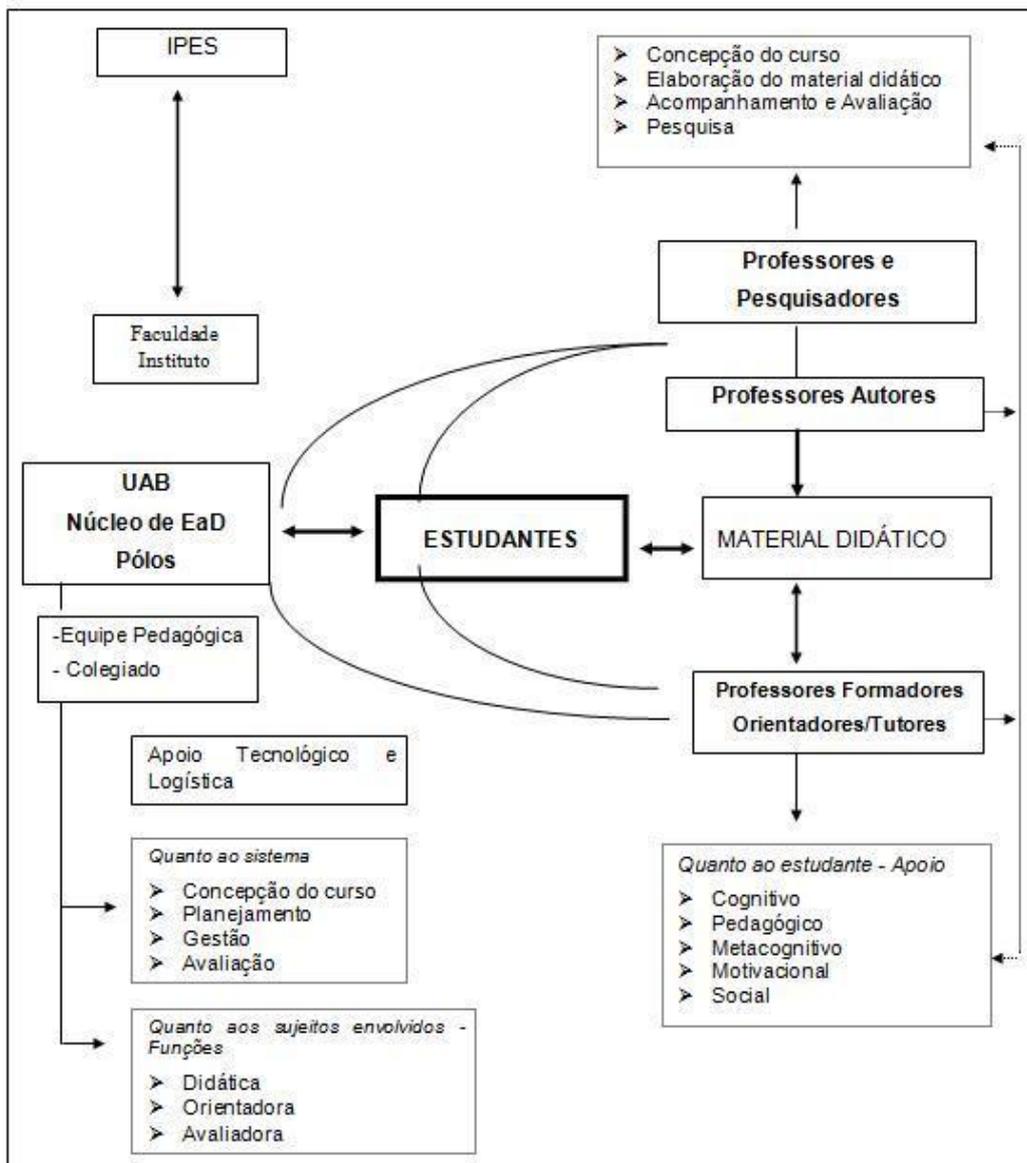


Figura 1:

Componentes da ação formativa no curso de Administração Pública – a distância  
**Fonte:** Adaptada de Preti (1996).

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presentes constantemente:



- ▶ **A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial.
- ▶ **A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- ▶ **O trabalho cooperativo:** é fruto de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

## 7.1. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, equipe de produção de material educacional digital, e pessoal técnico-administrativo e pedagógico, com funções de apoio administrativo e funções técnicas e pedagógicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

## 7.2. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A fim de possibilitar um processo formativo permanente dos sujeitos envolvidos com o curso, a SEaD disponibiliza uma equipe multidisciplinar especializada que planeja tempos e



espaços formativos para potencializar a interação entre estes atores e, além disso, apoia a produção de material educacional digital.

Nessa direção, a formação dos professores, estudantes e tutores, enquanto protagonistas da educação, ocorrerá permanentemente com o apoio da SEaD por meio de oficinas, reuniões de estudo, lives, podcasts, tutoriais, encontros e debates de aspectos relacionadas à apropriação dos recursos tecnológicos voltados à educação, bem como a produção do material educacional digital para as diferentes disciplinas.

A coordenação de curso realizará reuniões periódicas entre os tutores, coordenadores e professores das disciplinas do curso com o intuito de discutir aspectos relacionados a apropriação das questões pedagógicas e tecnológicas, acompanhamento dos/as estudantes quanto às questões voltadas à construção do conhecimento e mediação das aprendizagens.

### 7.3. DOCENTES QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO CURSO

Função	Formação	Titulação	Dedicação
Coordenação do Curso	Administração	Doutor	DE
Coordenação de Estágios	Administração	Doutor	DE

O Anexo 3 apresenta os docentes que participam no curso.



## 8. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos de orientação e avaliação próprios;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, preveem:

### Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a IPES e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na IPES, com a garantia de:

- ▶ manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- ▶ designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;



- ▶ manutenção dos núcleos tecnológicos na Universidade Federal do Rio Grande - FURG e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e
- ▶ organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

## **Produção de Material Didático e Plataforma para a EaD**

Os avanços das tecnologias da informação e comunicação e, principalmente, o advento da cibercultura contribuem para potencializar as aprendizagens tanto na modalidade a distância quanto presencial. As interações e aprendizagens dos cursos desenvolvidos na modalidade EaD da FURG são efetivadas via ambiente virtual de aprendizagem (AVA), estando disponibilizada na Plataforma AVA FURG, a qual conta com um conjunto de ferramentas disponíveis.

O uso dessa plataforma justifica-se pelos seguintes aspectos: possui interfaces amigáveis e de fácil uso para educandos e educadores; fornece mecanismos de comunicação assíncrona, permitindo assim que o educando trabalhe dentro de seu próprio ritmo de aprendizagem e em seu tempo disponível, além da comunicação síncrona, que lhe exige uma participação efetiva no grupo de trabalho para seu desenvolvimento profissional e avaliação pelo educador; disponibiliza mecanismos ao educador para avaliar e acompanhar o progresso da aprendizagem dos educandos, permitindo-lhe, assim, criar alternativas individuais, quando necessário, na construção do conhecimento do educando; apresenta a informação de uma forma interativa, propiciando ao educando participar ativamente da elaboração e construção do conhecimento, tanto individual como em grupo; fornece múltiplas representações e oportunidades para que os educandos e educadores reflitam sobre as questões e temas estudados, buscando alternativas para os problemas apresentados e sendo capazes de explicar como os mesmos foram resolvidos; possibilita a interação entre estudantes, professores e tutores.



## 8.1. SELEÇÃO DE PROFESSORES TUTORES

A seleção de professores tutores será feita por seleção pública e será coordenada pela SEaD FURG. Os critérios de seleção e requisitos dos tutores serão estabelecidos em edital específico para este fim.

## 8.2. SISTEMA DE TUTORIA

A tutoria no curso de Administração Pública como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático do curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a resignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento re-constutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais. Além disso, o tutor deve, neste processo



de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórica metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG antes do início do curso e ao longo do curso.

A proposta do curso prevê a participação de tutores a distância como forma de atender as demandas dos estudantes e, com isso, manter um ensino de qualidade. Os tutores a distância atuarão como mediadores e orientadores, de maneira articulada com os professores do curso, das atividades previstas em cada disciplina, acompanhando o desenvolvimento de cada aluno e turma, especialmente através dos recursos e instrumentos oferecidos pela Plataforma, bem como por outras formas de comunicação a distância. Esses atuarão na sede da IES junto ao professor. A relação do número de tutores que irá atuar no curso obedece à determinação da CAPES, de acordo com o número de estudantes matriculados.

Como recursos para interlocução, poderão ser utilizados:

- ▶ Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- ▶ Videoaulas;
- ▶ Telefone;
- ▶ e-mail;
- ▶ Webinar; e
- ▶ apoio ao polo presencial

### **Estrutura do polo presencial**

Os recursos materiais devem compor a estrutura física e logística de cada polo de atuação, com exceção dos itens referentes à sala de permanência. Os polos presenciais deverão atender às exigências do sistema UAB, tendo como base o exemplo de polo de apoio presencial:

#### **a) Espaços gerais do Polo UAB**



- Sala para coordenação do Polo UAB (obrigatório);
  - Sala para secretaria do Polo UAB (obrigatório);
  - Sala de reunião (opcional);
  - Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis 10.908, de 19 de dezembro de 2000, e 11.982, de 2009;
- b) Espaços de apoio do Polo UAB (obrigatório)**
- Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada);
  - Biblioteca física, com espaço para estudos;
- c) Espaços acadêmicos**
- Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s) etc.;
  - Laboratório pedagógico (quando couber);

Os espaços acadêmicos podem estar situados em outros locais, a partir de convênios com outras instituições, porém, há a obrigatoriedade de pelo menos uma sala de aula/multiuso nas instalações do polo. Tratando-se de um polo associado, é admitida a utilização compartilhada da secretaria acadêmica, biblioteca e demais ambientes, com exceção da sala da coordenação do polo, ambiente obrigatório e exclusivo. Todos os espaços obrigatórios devem estar localizados no endereço sede do polo, podendo os demais espaços estarem em locais distintos, desde que exista Termo de Cessão de Uso, assinado pelo proprietário do espaço, indicando os dias e horários de uso prioritário pelo polo UAB. Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- I.** Computadores em número adequado para atender o quantitativo de alunos(as) que se pretende atender no Polo;
- II.** Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- III.** Ferramentas pedagógicas, tais como: projetor multimídia; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.



Entre as ações realizadas por membros da equipe SEaD/FURG para dar suporte aos polos de apoio presencial, pode-se destacar: mediação entre as equipes dos polos e da SEaD, possibilitando o fluxo de comunicação e informação; suporte pedagógico para a equipe dos polos; apoio à formação continuada de assistência à docência; promoção de um espaço de interação e formação continuada para os coordenadores de polo; incentivo à reflexão sobre o acolhimento, apoio, orientação e coordenação do trabalho em equipe; divulgação e promoção da EaD nos municípios atendidos pelo polo; suporte com oferta de oficinas, palestras na organização e execução de eventos nos polos; acompanhamento aos estudos de demandas realizados pelos polos para oferta de cursos.

### **8.3. ENCONTROS PRESENCIAIS**

Os encontros presenciais serão planejados, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesas de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

### **8.4. PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO**

A produção do conteúdo básico será realizada por autores especialistas, coordenados pela UAB, e sua distribuição às IPES será feita pela equipe de produção técnica. A reprodução bem como sua distribuição aos alunos ficará a cargo de cada IPES.



## **9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

### **9.1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

A avaliação institucional do curso de graduação em Administração Pública, no âmbito da FURG, seguirá os critérios estabelecidos para os demais cursos da Universidade, destacando-se: a avaliação docente pelo discente e a avaliação institucional, ambas realizadas periodicamente pela Diretoria de Avaliação Institucional (FURG/DAI), e a avaliação das disciplinas pelo discente, a ser realizada semestralmente pela Coordenação do Curso de Administração Pública.

### **9.2. AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE EAD**

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores



conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- ▶ desempenho do estudante;
- ▶ desempenho dos professores-tutores;
- ▶ desempenho dos professores formadores;
- ▶ adequação do sistema de tutoria;
- ▶ adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- ▶ qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- ▶ qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- ▶ desempenho da coordenação do curso; e
- ▶ eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

- A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.
- Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

### **9.3. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM**

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos. Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem. Segundo, porque no contexto da EaD o



estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- ▶ buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- ▶ obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- ▶ desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber. Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

As avaliações do desempenho do estudante serão regidas pelo regimento geral da FURG, definindo-se pelo sistema 1 (com 02 notas no semestre, média 7 e com exame) para as disciplinas do curso, e o sistema 2 (com 01 nota no semestre, média 5, sem exame) para o TCC e os seminários temáticos e de formação específica.

O estudante será avaliado em três situações distintas:

- ▶ durante a oferta das disciplinas, a partir de atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina, podendo representar até 40% da nota final;



- ▶ durante os encontros presenciais, a partir da realização de provas, apresentação de trabalhos e realização de outras tarefas propostas no encontro, totalizando ao menos 60% da nota final; e
- ▶ ao final do curso, com a elaboração do TCC e respectiva defesa em banca examinadora.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

O aluno que reprovar em até uma (01) disciplina por semestre poderá solicitar a oferta de Repercurso, conforme orientações no Ofício Circular nº 05/2014 – CGPC/DED/CAPES. O Repercurso é uma proposta de reedição das disciplinas do curso, em que os estudantes que não obtiveram aproveitamento poderão cursá-la novamente, no período subsequente, juntamente com as demais disciplinas ofertadas no semestre. Caso o aluno reprove novamente na disciplina reofertada ou tenha reprovado em mais de uma disciplina por semestre, este será desligado do curso.



## 10. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- Telefone, chat, webconferência e demais plataformas de interação síncrona virtuais.

Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), assim como o Espaço de Diálogo com o Estudante (EDE) que funciona no AVA e que a coordenação pode postar informações a serem divulgadas; fóruns; podcast; vídeos; e-mails entre outros.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo Tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade, etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.



# 11. Referências

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRÚCIO, Fernando L. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005.

PINHO, José A. G.; SANTANA, Mercejane, W. O governo municipal no Brasil: construindo uma nova agenda política na década de 90. Programa Gestão Pública e Cidadania. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, vol. 20, 2001.



# ANEXO 1 – SUGESTÃO DE FLUXO

1º MÓDULO 330 h/a	2º MÓDULO 330 h/a	3º MÓDULO 330 h/a	4º MÓDULO 330 h/a	5º MÓDULO 300 h/a	6º MÓDULO 330 h/a	7º MÓDULO 330 h/a	8º MÓDULO 270 h/a
Filosofia e Ética	Ciência Política	Teorias da Adm. Pública	Teorias das Finanças Públicas	Planejamento e Programação na Adm. Pública	Orçamento Público	Auditoria e Controladoria	Políticas Públicas e Sociedade
Teorias da Administração I	Teorias da Administração II	Sociologia Organizacional	Organização, Processos e Tomada Decisão	Gestão de Pessoas no Setor Público	Administração Estratégica	Negociação e Arbitragem	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Economia Brasileira	Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público	Gestão de Operações e Logística I	Gestão de Operações e Logística II	Tecnologia e Inovação	Relações Internacionais
Psicologia Organizacional	Contabilidade Geral	Contabilidade Pública	Estatística Aplicada à Administração	Matemática Financeira e Análise de Investimento	Elaboração e Gestão de Projetos	Empreendedorismo Governamental	Gestão da Qualidade no Setor Público
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Matemática para Administradores	Instituições de Direito Público e Privado	Direito Administrativo	Direito Empresarial	Licitação, Contratos e Convênios	Gestão da Regulação	
					Direito e legislação Tributária		
Seminário Integrador	Seminário Integrador I	Seminário Integrador II	Seminário Integrador III	Seminário Temático I na LFE	Seminário Temático II na LFE	Seminário Temático III na LFE	Seminário Temático IV na LFE
<b>Disciplinas Optativas</b>							
Informática para Administradores (Optativa)	Libras (Optativa)	Redação Oficial (Optativa)		Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	Estágio Curricular Supervisionado IV

# ANEXO 2 – EMENTÁRIO

As ementas referentes aos módulos da estrutura curricular apresentada constituem-se de:

## MÓDULO 1

### FILOSOFIA E ÉTICA – 60 horas – 4 créditos

#### Ementa:

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.

#### Referências Básicas

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995. (NB: Esta obra, além de ser boa em si, está disponível integralmente em *sites* da Internet).

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

#### Referências Complementares

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. *O que é filosofia antiga?* São Paulo: Loyola, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

## **INTRODUÇÃO À ECONOMIA – 60 horas – 4 créditos**

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

### **Referências Básicas**

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. *Introdução à economia* (Para Cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Tradução de Helga Hoffmam. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. *Manual de introdução à economia*. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004.

### **Referências Complementares**

GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2007.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia* (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2003.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. *Economia*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. *Introdução à Economia*. São Paulo: Saraiva, 2009.

## **METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos**

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia, pesquisa e extensão em administração. Tipos de pesquisa. O processo de



pesquisa. O processo de extensão. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

### **Referências Básicas**

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *et al.* *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

### **Referências Complementares**

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. *Metodologia para quem quer aprender*. São Paulo: Atlas, 2008.

LUCKESI, Carlos *et al.* *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

### **PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos**

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da



psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

### **Referências Básicas**

BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas, vol. i. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

GOULART, Iris Barbosa; SANTOS, Adalberto Afonso Lima dos. Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos. 2. ed. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2007.

### **Referências Complementares**

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas, vol. ii. São Paulo: Atlas, 2012.

CHANLAT, Jean-François. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas, vol. iii. São Paulo: Atlas, 2012.

LANE, Silvia T. Maurer. Psicologia social: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

SCHEIN, Edgard H. Cultura organizacional e liderança. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

## **TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I – 60 horas – 4 créditos**

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências.

### **Referências Básicas**

CHIAVENATO, Idalberto. *Princípios da administração: o essencial em teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.



MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

### **Referências Complementares**

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. *Administração: liderança e colaboração no mundo competitivo*. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. *et al. Administração: teorias e processos*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FARIA, José C. *Administração: introdução ao estudo*. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

### **SEMINÁRIO INTEGRADOR – 30 horas – 2 créditos**

Atividades para apresentação e compreensão do Projeto Pedagógico do Curso e integração do alunado.

## **MÓDULO 2**

### **CIÊNCIA POLÍTICA – 60 horas – 4 créditos**

Conceitos básicos em ciências políticas ao invés de objeto; Fundamentos teóricos das ciências políticas; Formas de governo e regimes políticos; Representação e sistemas partidários.

#### **Referências Básicas**

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LEO MAAR, Wolfgang. *O que é política*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.



WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LCT, 1998.

### **Referências Complementares**

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

LOSURDO, Domenico. Antonio Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”. Rio de Janeiro: Renam, 2006.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. Ciência política. Brasília: Vestcon, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia. São Paulo: Ática, 1995.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.

### **CONTABILIDADE GERAL – 60 horas – 4 créditos**

Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.

### **Referências Básicas**

IUDICIBUS, Sérgio et al. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. Curso prático de contabilidade analítico e didático. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

### **Referências Complementares**

BONHO, Fabiana Tramontin. Contabilidade básica. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS.  
Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.



RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica. São Paulo: Saraiva, 2017.

VICECONTI, Paulo. Contabilidade básica. São Paulo: Saraiva, 2017.

### **MACROECONOMIA – 60 horas – 4 créditos**

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

#### **Referências Básicas**

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. Macroeconomia. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

#### **Referências Complementares**

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2006.

CARVALHO, José L. et al. Fundamentos de economia: Macroeconomia. v. 1, São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SAMPAIO, Luiza. Macroeconomia esquematizado. 3. São Paulo Saraiva 2017.

OREIRO, José Luis da Costa. Macroeconomia do desenvolvimento uma perspectiva Keynesiana.

MANKIW, N. Gregory. Princípios de macroeconomia. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SIMONSEN, Mario Henrique. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

### **MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos**

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.



## Referências Básicas

BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.

SILVA, Paulo Sergio Dias da. Cálculo diferencial e integral. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

SILVA, Sebastião Medeiros da. Matemática básica para cursos superiores. 2. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

## Referências Complementares

AXLER, Sheldon. Pré-cálculo uma preparação para o cálculo. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BARBONI, Ayrton. Fundamentos de matemática cálculo e análise: cálculo diferencial e integral a uma variável. Rio de Janeiro: LTC, 2007

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. Cálculo com aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. São Paulo: Atlas, 2007.

ZAMASHIRO, Seizen. Matemática básica. São Paulo Blucher 2014.

## TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II – 60 horas – 4 créditos

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

## Referências Básicas

GIL, Antônio Carlos. Teoria geral da administração dos clássicos à pós-modernidade. São Paulo Atlas 2016. Recurso Online.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da administração. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2008.

## Referências Complementares

DRUCKER, Peter F. Introdução à administração. São Paulo: Pioneira, 2002.



JACOBSEN, Alessandra de Linhares. Teorias da administração II / Alessandra de Linhares Jacobsen, Luís Moretto Neto. - 3. ed. rev. amp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amarú. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Antônio de Lima. Teorias da administração. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da administração. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2008.

### **SEMINÁRIO TEMÁTICO I – 30 horas – 2 créditos**

Unidade de conhecimento Gestão em Saúde. Conceitos gerais e específicos relacionados à ação do gestor na área da saúde. Possibilidades de pesquisa e atuação do gestor na área da saúde.

## **MÓDULO 3**

### **CONTABILIDADE PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos**

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

#### **Referências Básicas**

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2016.

SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (ipsasb/ifac/cfc). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.



## Referências Complementares

ANGELICO, João. *Contabilidade Pública*. São Paulo: Atlas, 1994.

CRUZ, Flavio da *et al.* *Comentários à Lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. São Paulo, Atlas: 2008.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. São Paulo, Atlas, 2007.

MACHADO Jr., J. Teixeira. *A Lei 4.320 comentada*. Rio de Janeiro: IBAM , 1998.

SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. São Paulo: Atlas, 2004.

SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal*. São Paulo: Atlas, 2003.

## ECONOMIA BRASILEIRA – 60 horas – 4 créditos

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

## Referências Básicas

REGO, José Marcio.; MARQUES, Rosa Maria. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Economia brasileira contemporânea*. 8. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

LACERDA, Antônio Corrêa de. *Economia brasileira*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

## Referências Complementares

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989)*. 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.



GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

WERNER, Baer. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2002.

## **INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 60 horas – 4 créditos**

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

### **Referências Básicas**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MELO, Débora Sinflório da Silva. Ciência política e teoria geral do estado. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

### **Referências Complementares**

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Malheiros, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.



MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

## **SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos**

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

### **Referências Básicas**

ALMEIDA, Marilis Lemos de; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria. *Sociologia e administração: relações sociais nas organizações*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. *Sociologia aplicada à administração*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

### **Referências Complementares**

DEMO, Pedro. *Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social*. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia das organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

GALLINO, Luciano; ALMEIDA, José Maria de. *Dicionário de sociologia*. São Paulo, SP: Paulus, 2005.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 6.ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo*. São Paulo, SP: Pioneira, 2000.

## **TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos**

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do

60



Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability e Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

### **Referências Básicas**

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do estado e da administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

### **Referências Complementares**

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma*: reestruturação do estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública*: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. *O que é burocracia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

### **SEMINÁRIO TEMÁTICO II – 30 horas – 2 créditos**

Unidade de conhecimento Gestão Municipal. Conceitos gerais e específicos relacionados a ação do gestor na gestão de municípios. Possibilidades de pesquisa e atuação do gestor na área da Gestão Municipal.



## MÓDULO 4

### **DIREITO ADMINISTRATIVO – 60 horas – 4 créditos**

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

### **Referências Básicas**

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. E- book.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

### **Referências Complementares**

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. Manual de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COUTO, Reinaldo. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

KNOPLOCK, Gustavo Mello. Manual de direito administrativo. 11. ed. Rio de Janeiro: Método, 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2019.



## **ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos**

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses.

### **Referências Básicas**

FREUND, John E. Estatística aplicada economicamente. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SHARPE, Norean R. Estatística aplicada administração, economia e negócios. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. 9. São Paulo: Saraiva, 2017.

### **Referências Complementares**

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. *Estatística básica*. São Paulo: Editora Atual, 2002.

COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. *Estatística aplicada*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. *Estatística: teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português)*. Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

PEDROSA, Antônio Carvalho; GAMA, Silvério M. A. *Introdução computacional à probabilidade e estatística*. Porto Editora, 2004.

## **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos**

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

### **Referências Básicas**



LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. Gerenciamento de sistemas de informação. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George Walter. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2021.

GORDON, Steven R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

### **Referências Complementares**

AUDY, Jorge L., et. al. Fundamentos de sistemas de informação. Porto Alegre, Bookman, 2005.

BOAR, Bernard. Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002.

CASSARRO, Antonio Carlos. *Sistema de informações para tomada de decisões*. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAURINDO, Fernando. *Tecnologia da informação: eficácia das organizações*. São Paulo: Futura, 2003.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

### **TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 60 horas – 4 créditos**

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

### **Referências Básicas**

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

SILVA, Fernando A. Rezende da; CANDIDO JUNIOR, Jose Oswaldo; LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Finanças Públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 6. ed. São Paulo: LTC, 2016.

### **Referências Complementares**

64



LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Curso de finanças públicas: uma abordagem contemporânea. São Paulo: Atlas, 2015.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

MARQUES, Euvaldo. Finanças públicas: administração financeira e orçamentária. São Paulo Saraiva 2015

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas. 7. ed. Rio de Janeiro. Atlas, 2017.

ROSEN, Harvey. Finanças públicas. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

## **ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO – 60 horas – 4 créditos**

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.

### **Referências Básicas**

ARAÚJO, Luiz Cesar. G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. Faces da decisão: abordagem sistêmica do processo decisório. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.

### **Referências Complementares**

ARAÚJO. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2005.



\_\_\_\_\_. *Organização, sistemas e métodos*. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. *Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão*. São Paulo: Makron Books, 1997.

RAMOS, Guerreiro Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SIMON, Herbert Alexander. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

### **SEMINÁRIO TEMÁTICO III – 30 horas – 2 créditos**

Unidade de conhecimento Gestão Pública. Conceitos gerais e específicos relacionados à ação do gestor na Gestão Pública de entes das diversas esferas de atuação. Possibilidades de pesquisa e atuação do gestor na área da Gestão Pública.

## **MÓDULO 5**

### **GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I – 60 horas – 4 créditos**

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

#### **Referências Básicas**

BALLOU, Ronald H. *Logística empresarial: transportes, administração de materiais, distribuição física*. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

BALLOU, Ronald H. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial*. 5.ed. São Paulo: Bookman, 2011.

DIAS, Marco Aurélio P. *Administração de materiais: uma abordagem logística*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

#### **Referências Complementares**



FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. *Administração de Materiais e do Patrimônio*. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.

KEEDI, Samir. *Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2003.

POZO, Hamilton. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística*. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, João, J. *Administração de Materiais: um enfoque prático*, São Paulo: Atlas, 2008.

## **GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos**

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

### **Referências Básicas**

BERGUE, Sandro Trescastro. *Gestão de pessoas em organizações públicas*. 3. ed. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul - EDUCS, 2010.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em gestão pública*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de recursos humanos: conceitos, fundamentos e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.

### **Referências Complementares**

ARAÚJO, Luís Cesar G. *Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.



BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. *Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional*. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller, 1990.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

## **DIREITO EMPRESARIAL – 30 horas – 2 créditos**

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas. Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial. Obrigações profissionais do Empresário. Sociedades Empresariais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral. Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial.

### **Referências Básicas**

NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa: títulos de crédito e contratos empresariais. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FUX, Luiz. Curso de direito comercial: falência e recuperação de empresa. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

### **Referências Complementares**

RESTIFFE, Paulo Sérgio. *Manual do Novo Direito Comercial*. São Paulo: Dialética, 2006.

BORBA, José Edwaldo Tavares. *Direito Societário*. 8.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FAZZIO JR., Waldo. *Direito Comercial*. 7.ed. Coleção Fundamentos Jurídicos, v. 12. São Paulo: Atlas, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Manual de Direito Comercial*. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008b.

MARTINS, Fran. *Curso de Direito Comercial*. 22.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.



## **MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO – 60 horas – 4 créditos**

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.

### **Referências Básicas**

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUNI, Adriano Leal. A matemática das finanças, v. 1. 3. São Paulo Atlas, 2008.

HAZZAN, Samuel. Matemática financeira. 7. São Paulo. Saraiva, 2014.

### **Referências Complementares**

ALMEIDA, Jarbas Thunahy Santos de. Matemática financeira. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BRUNI, Adriano Leal. Avaliação de investimentos. 3. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

TOSI, Armando José. Matemática financeira com utilização da HP-12C. 2. São Paulo: Atlas, 2009.

VANNUCCI, Luiz Roberto. Matemática financeira e engenharia econômica princípios e aplicações: cálculos apresentados para HP12C, Excel e tabelas financeiras. São Paulo: Blucher, 2013.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. 8. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

## **PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos**

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento



governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

### **Referências Básicas**

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças. Gestão pública planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Construindo o planejamento público: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. São Paulo: Atlas, 2013.

### **Referências Complementares**

CARVALHO, Horácio M. *Introdução à teoria do planejamento*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUERTAS, Franco. *O método PES: entrevista com Matus*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

LAFER, Betty M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MATUS, Carlos. *Estratégias políticas*. São Paulo: FUNDAP, 1996.

## **SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE – 30 horas – 2 créditos**

Elaboração do projeto de pesquisa/extensão em tema relacionado à linha de formação específica escolhida. Definição de problema e objetivo de pesquisa.

## **MÓDULO 6**

### **ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA – 60 horas – 4 créditos**

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.



## Referências Básicas

BRUGNOLO FILHO, Mariano; LUDOVICO, Nelson. Gestão estratégica de negócios. São Paulo Saraiva 2018. Recurso Online.

FERNANDES, Bruno Henrique Rocha; BERTON, Luiz Hamilton. Administração estratégica. São Paulo, SP: Saraiva, 2005.

PEREIRA, Maurício Fernandes. Administração estratégica. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES:UAB, 2016.

## Referências Complementares

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

MISOCZKY, Maria Ceci Araújo. Planejamento e programação na administração pública / Maria Ceci Araújo Misoczky, Paulo Guedes. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.

RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Construindo o planejamento público buscando a integração entre política, gestão e participação popular. São Paulo: Atlas 2013. Recurso Online.

RUWER, Léia Maria Erlich. Estratégias organizacionais. Porto Alegre: SER – SAGAH, 2018. Recurso Online

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Recurso Online.

SUNZI; BUSHIDO, Nikko. A arte da guerra: os treze capítulos originais. São Paulo, SP: Jardim dos Livros, 2007.

## ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS – 60 horas – 4 créditos

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração



de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

### **Referências Básicas**

CLEMENTE, Ademir (Org.). *Projetos empresariais e públicos*. São Paulo: Atlas, 2002.

KERZNER, Harold. *Gestão de projetos: as melhores práticas*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

MENEZES, Luis Cesar de Moura. *Gestão de Projetos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

### **Referências Complementares**

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. *Gerenciamento de projetos na prática (casos brasileiros)*. São Paulo: Atlas, 2006.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. *Gestão de projetos*. São Paulo: Thomson, 2007.

CONTADOR, Cláudio R. *Projetos sociais: avaliação e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. *Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PMI. *PMI-BOK – Book of Knowledge*. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

## **DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – 30 horas – 2 créditos**

Conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.

### **Referências Básicas**

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de Direito Tributário Brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.



## Referências Complementares

- AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BORGES, H. B. *Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR*. 6.ed. rev. São Paulo: Atlas, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Auditoria de Tributos: IPI, ICMS e ISS*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BATISTA JUNIOR, O. A. *O Planejamento Fiscal e a Interpretação no Direito Tributário*. Belo Horizonte: Melhoramentos, 2002.
- CAMPOS, C. H. *Planejamento Tributário*. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1985.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de Direito Tributário Brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 29.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

## GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II – 60 horas – 4 créditos

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

## Referências Básicas

- JOHNSTON, Robert; CLARK, Graham. *Administração de operações de serviço*. São Paulo: Atlas, 2008.
- FITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. *Administração de serviços e operações: estratégia e tecnologia da informação*. 7. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Stuart; JOHNSTON, Robert. *Administração da produção*. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2018.



## Referências Complementares

CORREA, Henrique L.; CORREA, Carlos Alberto. Administração de produção e de operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

CORRÊA, Henrique Luiz.; GIANESI, Gustavo N. Administração estratégica de serviços: operações para a experiência e satisfação do cliente. 2. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2015.

SLACK, Nigel; et. al. Gerenciamento de operações e de

## ORÇAMENTO PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

## Referências Básicas

BEZERRA FILHO, João Eudes. Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva. 2. São Paulo: Atlas, 2013.

GIACOMONI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James. Orçamento governamental: teoria, sistema, processo. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

## Referências Complementares

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. *Anais do IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Madrid, España, 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>.



FREITAS, Mário S. N. *Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados*. Salvador, 2003. Disponível em: <[http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes\\_sei/bahia\\_analise/analise\\_dados/pdf/financas/pag\\_09.pdf](http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf)>.

GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <[www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt\\_apoio\\_ronaldo\\_garcia.pdf](http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf)>.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. *Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas*, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SOUZA, Alexandre B. *Planejamento Governamental no Brasil*. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

## **Licitação, Contratos e Convênios - 30 horas – 2 créditos**

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

## **Referências Básicas**

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo, Atlas, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas licitações e contratos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

## **Referências Complementares**

CRUZ, Flávio da (Coord). *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.



MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

## **SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE – 30 horas – 2 créditos**

Elaboração do projeto de pesquisa/extensão em tema relacionado à linha de formação específica escolhida. Referencial teórico.

## **MÓDULO 7**

### **AUDITORIA E CONTROLADORIA – 60 horas – 4 créditos**

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

#### **Referências Básicas**

CRUZ, Flávio da. Auditoria governamental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBARGER, Darci. Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2014

#### **Referências Complementares**

CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 7. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018

CRUZ, Flavio da; GLOCK, Jose Osvaldo. Controle interno nos municípios: orientação para a implantação e relacionamento com os tribunais de contas. 3. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.



PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de auditoria governamental. 2. São Paulo: Atlas, 2014.

SLOMSKY, Valmor. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas, 2005. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

## **GESTÃO DA REGULAÇÃO – 30 horas – 2 créditos**

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

### **Referências Básicas**

MOLL, Luiza Helena. Agências de regulação do mercado. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

NUNDES, Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 13. São Paulo: Saraiva, 2018.

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

### **Referências Complementares**

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A organização e controle social das agências reguladoras: crítica aos anteprojetos de lei. Porto Alegre: ABAR, 2004.

BAGATINI, Idemar Luiz. O consumidor brasileiro e o acesso à cidadania. Ijuí, RS: Unijui, 2001.

CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro. Porto Alegre: Fabris, 2000.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. Direito, Economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

SALGADO, Lucia H. A economia política da ação antitruste. São Paulo: Singular, 1997.

## **NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM – 60 horas – 4 créditos**



Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

### **Referências Básicas**

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. Arbitragem. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

REIS, Adacir et. al. Arbitragem e mediação a reforma da legislação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. Arbitragem: mediação, conciliação e negociação. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

### **Referências Complementares**

LEMOS, Flávio. *Análise técnica dos mercados financeiros: um guia completo e definitivo dos métodos de negociação de ativos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LEVY, Fernanda Rocha Lourenço. *Cláusulas escalonadas: a mediação comercial no contexto da arbitragem*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAGNOLI, Demétrio. *Comércio exterior e negociações internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2006.

TAJRA, Sanmz. A Feitosa. *Comunicação e negociação: conceitos e práticas organizacionais*. São Paulo: Erica, 2014.

VERÇOSA, Fabiane. *Arbitragem e mediação: temas controvertidos*. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

## **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 60 horas – 4 créditos**

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

### **Referências Básicas**

ANGELONI, Maria Therezinha. *Organizações do conhecimento infra-estrutura: pessoas e tecnologia*. 2. São Paulo: Saraiva, 2008.



SCHERER, Felipe Ost.; CARLOMAGNO, Maximiliano S. Gestão da inovação na prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

TIGRE, Paulo Bastos. Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

### **Referências Complementares**

DEJOURS, Christophe. Trabalho, tecnologia e organização avaliação do trabalho submetida à prova do real: crítica aos fundamentos da avaliação. São Paulo: Blucher, 2008.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

REZENDE, Denis Alcides. Inteligência organizacional como modelo de gestão em organizações privadas e públicas: guia para projetos de Organizational Business Intelligence – OBI. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, Fabiane Padilha da [et al.] Gestão da inovação. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006.

### **Empreendedorismo Governamental – 60 horas – 4 créditos**

Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intraempreendedor, e empreendedor estratégico. Execução de projetos de extensão vinculados ao empreendedorismo governamental.

### **Referências Básicas**

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. Sextante, 2008.

GERBER, Michael E. *Empreender Fazendo a Diferença*. São Paulo: Fundamento, 2004.



REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. *Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

### **Referências Complementares**

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002.

BANDEIRA, Cynthia. *Aprender a Empreender*. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. *Empreendedorismo e Estratégia*. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOLONCA, Davi. *Gestão por Resultados na Administração Pública*. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.

### **SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE – 30 horas – 2 créditos**

Elaboração do projeto de pesquisa/extensão em tema relacionado à linha de formação específica escolhida. Metodologia e Desenvolvimento do projeto de pesquisa/extensão.

## **MÓDULO 8**

### **GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – 60 horas – 4 créditos**

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental. Execução de projetos de extensão vinculados à gestão ambiental e sustentabilidade.

### **Referências Básicas**

AMATO NETO, João. *A era do ecobusiness: criando negócios sustentáveis*. São Paulo: Manole, 2015. E-book.



CRESPO, Samyra Brollo de Serpa; MATOS, Karla Monteiro; ABREU, Geraldo Vitor de (Coord.). *Agenda ambiental na administração pública*. 5. ed. rev. atual. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf). Acesso em: 28 set. 2020.

KOHN, Ricardo. *Ambiente e sustentabilidade: metodologias para gestão*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

## Referências Complementares

BIDERMAN, Rachel *et al.* *Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/guia\\_compras\\_sustentaveis.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf). Acesso em: 12 mar. 2009.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS L. Hunter. *Capitalismo Natural: criando a próxima Revolução Industrial*. São Paulo: Cultrix, 1999.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à Gestão Ambiental Pública*. Coleção Meio Ambiente – Série Educação Ambiental. IBAMA, Brasília, 2002.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – 60 horas – 4 créditos

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, socialdemocracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.



## **Referências Básicas**

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

## **Referências Complementares**

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. RODRIGUES, Marta M Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

GONÇALVES, Guilherme Corrêa [et al.]. Elaboração e implementação de políticas públicas. Porto Alegre: SER – SAGAH, 2017.

PROCOPIUCK, Mario. Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2009.

SALM, José Francisco. Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.

## **RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 60 horas – 4 créditos**

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

## **Referências Básicas**

DIAS, Reinaldo. Relações Internacionais: Introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FIGUEIRA, Ariane Roder. Introdução à análise da política externa brasileira. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.



SILVA, Guilherme A; GONÇALVES, Williams. Dicionário de Relações Internacionais. 2ª ed. Barueri: Manole, 2010.

### **Referências Complementares**

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006.

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). *Cidades em relações internacionais*. São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). *Dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

### **Gestão da Qualidade no Setor Público – 60 horas – 4 créditos**

Considerações sobre o setor público. Qualidade: conceitos e princípios. Planejamento e controle da qualidade. Ferramentas. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade. Execução de projetos de extensão vinculados à gestão da qualidade no setor público.

### **Referências Básicas**

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. *Gestão da qualidade na administração pública: histórico, PBQP, conceitos, indicadores, estratégia, implantação e auditoria*. São Paulo: Atlas, 2015.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Qualidade total: padronização de empresas*. Nova Lima, MG: INDG, 2004.

JURAN, Joseph M. *Fundamentos da qualidade para líderes*. Porto Alegre Bookman 2015.

### **Referências Complementares**

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC: gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia*. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Engenharia, 1994.

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. *Gestão de serviços*. São Paulo: Atlas, 2002.



DEMING, W. Edwards. *Qualidade: a revolução da administração*. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.

DEMING, William. Edwards. *Saia da crise: as 14 lições definitivas para controle de qualidade*. São Paulo: Futura, 2003.

JURAN, Joseph M; GRYNA, Frank M. *Controle da qualidade*. São Paulo: Makron: McGraw-Hill, 1991.

\_\_\_\_\_. *A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços*. São Paulo: Pioneira, 1992.

LOVELOCK Christopher; WRIGHT Lauren. *Serviços: marketing e gestão*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SCHMENNER, Roger W. *Administração de operações em serviços*. São Paulo: Futura, 1999.

## **SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE – 30 horas – 2 créditos**

Elaboração do projeto de pesquisa/extensão em tema relacionado à linha de formação específica escolhida. Análise dos resultados obtidos. Conclusão. Entrega final do projeto de pesquisa/extensão.

## **DISCIPLINAS OPTATIVAS**

### **REDAÇÃO OFICIAL – 60 horas – 4 créditos**

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

#### **Referências Básicas**

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. *Manual de Redação*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

#### **Referências Complementares**

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.



FLORES, Lúcia Locatelli. *Redação oficial*. 3 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

GOLD, Mirian. *Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. *Correspondência: técnicas de comunicação criativa*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. *Padronização e redação dos atos oficiais*. 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2003.

## **INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos**

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

### **Referências Básicas**

NORTON, Peter. *Introdução à informática*. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

### **Referências Complementares**

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. *Sistemas de informação: uma abordagem gerencial*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. *Sistemas de informação com Internet*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

O'BRIEN, James A. *Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet*. São Paulo: Saraiva, 2003.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. *Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas, operacionais*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TURBAN, Efraim; RAINER Jr., R. Kelly, POTTER, Richard E. *Administração de tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

## **LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – 60 horas – 4 créditos**



Conhecimentos gerais sobre a identidade e a cultura surda. Introdução à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: sistema linguístico de natureza visual-motora, sua estrutura e gramática.



## ANEXO 3 – CORPO DOCENTE QUE PARTICIPA DA GESTÃO DO CURSO

<b>Função</b>	<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Titulação</b>	<b>Dedicação</b>
Coordenação do Curso	GUILHERME LERCH LUNARDI	Graduação em Administração	Doutor	DE
Coordenação de Estágios	CRISTIANE GULARTE QUINTANA	Graduação em Administração	Doutora	DE
Professor de disciplina	ALEXANDRE COSTA QUINTANA	Graduação em Contábeis	Doutor	DE
Professor de disciplina	ANNE PINHEIRO LEAL	Graduação em Administração	Doutora	DE
Professor de disciplina	AUDREI FERNANDES CADAVAL	Graduação em Economia	Doutora	DE
Professor de disciplina	BLANCA LILA GAMARRA MOREL	Graduação em Economia	Doutora	DE
Professor de disciplina	CAROLINA MAGDA DA SILVA ROMA	Graduação em Administração	Doutora	DE
Professor de disciplina	CRISTIANE GULARTE QUINTANA	Graduação em Administração	Doutora	DE
Professor de disciplina	CRISTIANE SIMÕES NETTO COSTA	Graduação em Administração	Doutora	DE
Professor de disciplina	DÉBORA GOMES	Graduação em Ciências Contábeis	Doutora	DE
Professor de disciplina	EDUARDO ANDRÉ TILLMANN	Ciências Econômicas	Doutor	DE
Professor de disciplina	ELIETI BIQUES FERNANDES	Graduação em Administração	Doutora	DE
Professor de disciplina	FERNANDO RAFAEL CUNHA	Graduação em Administração	Doutor	DE
Professor de disciplina	FLAVIA REGINA COSTA CZARNESKI	Graduação em Administração	Doutora	DE
Professor de disciplina	FLÁVIA VERÔNICA SILVA JACQUES	Graduação em contábeis	Doutora	DE
Professor de disciplina	GUILHERME LERCH LUNARDI	Graduação em Administração	Doutor	DE
Professor de disciplina	LÍVIA CASTRO D'AVILA	Graduação em Administração	Doutora	DE
Professor de disciplina	MÁRCIO ANDRÉ LEAL BAUER	Graduação em Administração	Doutor	DE
Professor de disciplina	RICARDO SARAIVA FRIO	Graduação em Administração	Doutor	DE
Professor de disciplina	RODRIGO DA ROCHA GONÇALVES	Ciências Econômicas	Doutor	DE
Professor de disciplina	SAMUEL VINÍCIUS BONATO	Graduação em Administração	Doutor	DE
Professor de disciplina	SUZANA DE OLIVEIRA MALTA	Graduação em Administração	Doutora	DE



# ANEXO 4 – REGIMENTO DE ESTÁGIO

O regimento de Estágio será anexado, após aprovação do curso nos conselhos superiores.



## DISCIPLINAS/CARGA HORÁRIA

O Projeto Político Pedagógico original do Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade EaD, definiu um elenco de disciplinas, sendo:

- 44 (quarenta e quatro) disciplinas obrigatórias.
- 3 (três) disciplinas optativas - Informática para Administradores, Redação Oficial e LIBRAS - (somente 1 delas poderá ser computada na matriz para o aluno, mas as três aparecem na matriz geral do PP). As demais disciplinas optativas poderão contar como atividades complementares;
- 4 (quatro) Seminários Temáticos I, II, III e IV na LFE I, LFEII, LFE III (somente 1 das Linhas de Formação Específica poderá ser computada na matriz para o aluno, mas as três aparecem na matriz geral do PP);

Assim, a matriz original é calculada da seguinte forma:

36 disciplinas de 60h = 2.160h

12 disciplinas de 30h = 360h

1 disciplina Optativa de 60h = 60h (embora a IES ofereça 3 disciplinas: Redação, Informática para Administradores e LIBRAS)

Atividades Complementares = 120h

Estágio = 300h

Total: 3.000h



### Quadro discriminando as disciplinas:

Item	Disciplina	CH
1	Administração Estratégica	60
2	Auditoria e Controladoria	60
3	Ciência Política	60
4	Contabilidade Geral	60
5	Contabilidade Pública	60
6	Direito Administrativo	60
7	Direito Empresarial	30
8	Economia Brasileira	60
9	Elaboração de TCC	30
10	Elaboração e Gestão de Projetos	60
11	Licitação, Contratos e Convênios	30
12	Empreendedorismo Governamental	60
13	Gestão da Qualidade no Setor Público	60
14	Estatística Aplicada à Administração	60
15	Filosofia e Ética	60
16	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60
17	Gestão da Regulação	30
18	Gestão de Operações e Logística I	60
19	Gestão de Operações e Logística II	60
20	Gestão de Pessoas no Setor Público	60
21	Informática para Administradores (Optativa para o aluno)	60
22	Instituições de Direito Público e Privado	60
23	Introdução à Economia	60
24	Direito e Legislação Tributária	30
25	Macroeconomia	60
26	Língua Brasileira de Sinais (Optativa para o aluno)	60
27	Matemática Financeira e Análise de Investimentos	60
28	Matemática para Administradores	60
29	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	60
30	Negociação e Arbitragem	60
31	Orçamento Público	60
32	Planejamento e Programação na Administração Pública	60
33	Políticas Públicas e Sociedade	60
34	Organização, Processos e Tomada de Decisão	60
35	Psicologia Organizacional	60
36	Redação Oficial (Optativa para o aluno)	60
37	Relações Internacionais	60
38	Seminário Integrador	30
39	Seminário Temático I	30
40	Seminário Temático II	30
41	Seminário Temático III	30
42	Seminário Temático I na LFE	30
43	Seminário Temático II na LFE	30



44	Seminário Temático III na LFE	30
45	Seminário Temático IV na LFE	30
46	Sistema de Informação e Comunicação no Setor Público	60
47	Sociologia Organizacional	60
48	Tecnologia e Inovação	60
49	Teoria das Finanças Públicas	60
50	Teorias da Administração I	60
51	Teorias da Administração II	60
52	Teorias da Administração Pública	60
53	Estágio	300
TOTAL		3.000
54	Atividades Complementares	120
55	Atividades de extensão	300

**Observações:** Apenas 1 disciplina Optativa (60h) deve ser contabilizada na hora de efetuar a soma das cargas horárias. Desse modo, quando somamos todas as cargas horárias descritas acima, o total aparece com 3.120h, no entanto, há 2 Optativas que devem ser subtraídas no momento de finalizar a matriz para o aluno, pois este apenas deverá cursar 1 Optativa, o que contabilizará 3.000h para o aluno.

## 1. 1ª OPÇÃO – Projeto Pedagógico Original (3.000 horas)

### Matriz Curricular, composição

- 36 disciplinas obrigatórias com carga horária de 60 horas e 12 disciplinas com carga horária de 30 horas;
- 1 disciplina Optativa com carga horária de 60 horas
- Atividades complementares com 120 horas
- Estágio com 300 horas

**Total: 3.000h**

- Atividades mínimas de extensão com 300 horas



**Matriz Curricular original e carga horária para o aluno**

Disciplinas			CH Total
	60 horas	30 horas	
Obrigatórias	36	12	2520
Optativa	1	0	60
Nivelamento	0	0	0
TCC	0	0	0
Sub-Total	37	12	2580
Atividades Complementares			120
Estágio			300
<b>Total Geral</b>			<b>3000</b>
Atividades de extensão			300



## 1 - Matriz Curricular Original/Distribuição das disciplinas que deverão ser financiadas pela DED

1º MÓDULO	2º MÓDULO	3º MÓDULO	4º MÓDULO	5º MÓDULO	6º MÓDULO	7º MÓDULO	8º MÓDULO								
	<b>390</b>		<b>390</b>		<b>390</b>		<b>330</b>		<b>300</b>		<b>330</b>		<b>420</b>		<b>690</b>
Filosofia, Ética	60	Ciência Política	60	Teorias da Adm Pública	60	Teorias das Finanças Públicas	60	Planejamento e Programação na Adm. Pública	60	Orçamento Público	60	Auditoria e Controladoria	60	Políticas Públicas e Sociedade	60
Teorias da Administração I	60	Teorias da Administração II	60	Sociologia Organizacional	60	Organização, Processos e Tomada Decisão	60	Gestão de Pessoas no Setor Público	60	Administração Estratégica	60	Negociação e Arbitragem	60	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60
Introdução à Economia	60	Macroeconomia	60	Economia Brasileira	60	SIC para o Setor Público	60	Gestão de Operações e Logística I	60	Gestão de Operações e Logística II	60	Tecnologia e Inovação	60	Relações Internacionais	60
Psicologia Organizacional	60	Contabilidade Geral	60	Contabilidade Pública	60	Estatística Aplicada à Administração	60	Matemática Financeira e Análise de Investimento	60	Elaboração e Gestão de Projeto	60	Empreendedorismo Governamental	60	Gestão da Qualidade no Setor Público	60
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	60	Matemática para Administradores	60	Instituições de Direito Público e Privado	60	Direito Administrativo	60	Direito Empresarial	30	Direito e Legislação Tributária	30	Gestão da Regulação	30		
										Licitação, Contratos e Convênios	30	<b>Atividade Complementar*</b>	120		
Seminário Integrador	30	Seminário Temático I	30	Seminário Temático II	30	Seminário Temático III	30	Seminário Temático I na LFE	30	Seminário Temático II na LFE	30	Seminário Temático III na LFE	30	Seminário Temático IV na LFE	30
Informática para Administradores (Optativa)	60	LIBRAS (Optativa)	60	Redação Oficial (Optativa)	60			Estágio Curricular Supervisionado I		Estágio Curricular Supervisionado II		Estágio Curricular Supervisionado III		Estágio Curricular Supervisionado IV	300
															Total: 3360 h

Observações: Para a IES oferecer as 3 Optativas e as 3 Linhas de Formação Específicas (LFE I, II e III), ela deverá receber financiamento para 3.360h, mas nota-se que deverá ser computado na matriz (para o aluno) apenas 3.000 horas. \* Atividade Complementar não financiável